COBERTURA VACINAL CONTRA POLIOMIELITE NO BRASIL (2016–2024): ANÁLISE DE DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

Ana Júlia Schiavon Zanin[1], Ana Carolina Richetti Duran[1], Antonela Catharina Fragomeni Gozzi[1], Eduarda Perin De Rocco[1], Nathália Neumann Simões[1], Laura Baccin Ghisleni[1], Marco Antônio Chieza Montagner[1], Andressa Van Riel[1]

1. Universidade de Passo Fundo (UPF).

A poliomielite é uma doença contagiosa aguda que pode causar paralisia muscular, principalmente nos membros inferiores. As sequelas da poliomielite estão relacionadas à infecção da medula e do cérebro pelo poliovírus, manifestando-se principalmente como sequelas motoras permanentes, sem cura, sendo a vacinação a principal forma de prevenção da doença. Analisar a tendência da cobertura vacinal contra poliomielite no Brasil entre 2016 e 2024. Estudo ecológico descritivo com dados secundários extraídos do sistema de informações do DATASUS, provenientes do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações. Foram analisadas as coberturas vacinais contra Poliomielite no Brasil no período de 2016 a 2024. Os dados foram organizados em planilha eletrônica e analisados por meio de estatística descritiva. Por serem registros administrativos, podem ocorrer variações por mudanças no calendário vacinal e campanhas de intensificação. Entre 2016 e 2020, a cobertura vacinal manteve-se relativamente estável, com valores próximos a 85%, porém abaixo da meta recomendada pelo Programa Nacional de Imunizações (≥95%). No ano de 2021 observou-se redução expressiva da cobertura vacinal, passando de 85,14% em 2020 para 76,35%, correspondendo a uma queda absoluta de 8,79%. Em 2022 ocorreu discreta recuperação da cobertura, atingindo 78,80%, ainda abaixo dos níveis observados no período pré-pandêmico. Em 2023 a cobertura manteve-se em patamar semelhante, com valores próximos a 78%, indicando persistência de níveis inferiores à meta preconizada. Já em 2024 observou-se aumento expressivo da cobertura vacinal, atingindo quase 100%. Apesar dessa recuperação, grande parte do período analisado apresentou valores inferiores à meta recomendada para prevenção da circulação do poliovírus. A cobertura vacinal contra poliomielite no Brasil permaneceu abaixo da meta recomendada na maior parte do período analisado, com redução mais acentuada após 2020. Essa situação pode favorecer o acúmulo de indivíduos suscetíveis e o aumento do risco de reintrodução do poliovírus no país. A queda observada pode estar possivelmente associada a fatores como impactos da pandemia e hesitação vacinal, reforçando a necessidade de fortalecimento das estratégias de vacinação para garantir níveis adequados de proteção populacional.

Área: Imunizações
MARAU/RS

DISPARIDADE ENTRE DOSES DA VACINA TRÍPLICE VIRAL NO RIO GRANDE DO SUL E IMPLICAÇÕES PARA A IMUNIDADE COLETIVA (2020-2025)

Pamela Rech Pioner[1], Isabele Formolo Debiasi[1], Julia Bacarin dos Santos[1], Nicoly Sachser[1], Paôla Barbosa Schmitt Mendonça[1], Roberta Duarte Schirmer[1], Eduardo Antonio Rhoden de Araujo[1]

1. Universidade FEEVALE.

A vacina tríplice viral integra o calendário do Programa Nacional de Imunizações (PNI) desde a década de 1990 e protege contra três importantes doenças infecciosas da infância: sarampo, caxumba e rubéola. Atualmente, recomenda-se a aplicação de duas doses, sendo a primeira (D1) aos 12 meses de vida e a segunda (D2) aos 15 meses. O presente trabalho tem como objetivo descrever a variação da cobertura vacinal entre a primeira e a segunda dose no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2020 a 2025, analisando a magnitude dessa diferença e seu impacto potencial na imunidade coletiva. Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional, descritivo e transversal, baseado em dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As informações foram estratificadas conforme as taxas de vacinação de cada dose ao longo dos anos analisados. Foram avaliadas as variáveis relacionadas ao número de vacinas aplicadas e seus respectivos percentuais, sendo a análise realizada de forma descritiva. No período estudado, observou-se que a cobertura vacinal da D1 apresentou tendência geral de crescimento, passando de 86,08% em 2020 para 94,96% em 2025. Em contrapartida, a cobertura da D2 manteve-se inferior à da D1 em todos os anos, iniciando em 78,39% em 2020 e apresentando queda expressiva em 2021 (56,02%), seguida de recuperação gradual nos anos subsequentes, alcançando 83,87% em 2025. Esses achados podem estar relacionados, sobretudo em 2020 e 2021, aos impactos da pandemia de COVID-19, que comprometeram o acesso aos serviços de saúde e reduziram a procura por vacinação. Do ponto de vista epidemiológico, a persistência da menor cobertura da D2 em relação à D1 é relevante, pois, diferentemente de outras vacinas, na tríplice viral a segunda dose é fundamental para garantir imunização efetiva, sendo então alçada à proteção completa. Dessa forma, a menor cobertura da D2 implica que uma parcela significativa das crianças permanece suscetível às doenças, mesmo tendo recebido a primeira dose. Essa discrepância evidencia uma lacuna na imunização populacional, impactando diretamente a imunidade coletiva, com aumento do risco de circulação viral e ocorrência de surtos, especialmente de sarampo. Torna-se, portanto, essencial fortalecer estratégias que garantam o seguimento adequado e o cumprimento do calendário vacinal preconizado pelo PNI.

Área: Imunizações
MAQUINÉ/RS

INTERNAÇÕES POR MENINGITE BACTERIANA EM CRIANÇAS NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE TEMPORAL E PERSPECTIVAS COM A INTRODUÇÃO DA VACINA MENINGOCÓCICA ACWY (2016-2025)

Julia da Rosa Costa[1], Larissa Konzen Porto[1], Olívia Fruet Gonçalves[1], Ana Luísa Capalonga[2]

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

A meningite bacteriana é uma condição grave associada a elevada morbimortalidade na população pediátrica. A introdução de vacinas contra agentes como Haemophilus influenzae tipo b, pneumococo e meningococo contribuiu significativamente para a redução da incidência da doença. Recentemente, a incorporação da vacina meningocócica ACWY no Programa Nacional de Imunizações amplia a proteção contra diferentes sorogrupos, podendo impactar o cenário epidemiológico nos próximos anos. Analisar a tendência temporal das internações por meningite bacteriana em crianças no Rio Grande do Sul entre 2016 e 2025 e discutir perspectivas epidemiológicas após a introdução da vacina ACWY. Estudo ecológico, quantitativo e retrospectivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponíveis no DATASUS. Foram incluídas internações por meningite bacteriana em crianças menores de 10 anos, segundo ano de atendimento, no período de 2016 a 2025, no estado do Rio Grande do Sul. Foram analisados número de internações, óbitos e valor médio de internação, com abordagem descritiva. No período analisado, foram registradas 183 internações por meningite bacteriana, com 5 óbitos. Observou-se maior número de internações em 2016 (95 casos), seguido de redução nos anos subsequentes e 58 casos em 2025, indicando variação ao longo do período. O valor médio das internações foi de R$3.321,42, com variações entre os anos. Esses dados evidenciam o impacto clínico e econômico relevante da doença no sistema de saúde. As internações por meningite bacteriana apresentaram comportamento variável no período estudado, com tendência de redução. O impacto econômico associado reforça a relevância da doença para o sistema de saúde. A introdução recente da vacina meningocócica ACWY no Programa Nacional de Imunizações representa um avanço importante na prevenção da doença meningocócica invasiva, entretanto, devido ao curto período de implementação, ainda não é possível observar seu impacto direto nas internações analisadas. Os dados apresentados estabelecem uma linha de base epidemiológica pré-incorporação da vacina, podendo subsidiar avaliações futuras sobre sua efetividade na redução de casos.

Área: Imunizações
ENCANTADO/RS

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TUBERCULOSE INFANTIL E COBERTURA VACINAL BCG NO RIO GRANDE DO SUL (2019–2024)

Andressa Pricila Portela[1], Júlia Pinto Marques[1], Izabel Cristina Leme Schneider[1], Marianne Schrader de Oliveira[1], Larissa Amandio Dias[1], Júlia Dobler[1], Anna Carolina Santos da Silveira[1], Josimara Luiza Parise[1], Yasmin Soares Gottems[1], Cristiano do Amaral De Leon[1]

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

A tuberculose (TB) é uma doença infecciosa causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, transmitida por via aérea, que afeta principalmente os pulmões, podendo também apresentar formas extrapulmonares. A vacina BCG, administrada ao nascer, é fundamental para prevenir essas formas graves, sendo preconizada uma cobertura vacinal mínima de 90%. Analisar o perfil epidemiológico dos casos de tuberculose em crianças de 0 a 9 anos no Rio Grande do Sul (RS)e relacionar com a cobertura vacinal da BCG no período de 2019 a 2024. Estudo transversal ecológico, utilizando dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponíveis no DATASUS, entre 2019 e 2024. Foram analisadas variáveis como faixa etária, sexo, raça/cor, forma clínica da doença, internações hospitalares e cobertura vacinal da BCG. Foram registrados 485 casos de TB em crianças de 0 a 9 anos no período analisado. A faixa etária mais acometida foi de 5 a 9 anos (188 casos), seguida de 1 a 4 anos (156) e menores de 1 ano (141). Observou-se predominância do sexo masculino (57,1%). Em relação à raça/cor, a maioria dos casos ocorreu em crianças brancas (64,1%), seguidas de pardas e pretas. A forma pulmonar foi a mais frequente (55,9%), seguida da extrapulmonar (33,8%) e formas mistas (10,3%). Foram registradas 106 internações por TB, com maior ocorrência em menores de 1 ano, destacando-se formas graves como TB do sistema nervoso e TB miliar. Não houve registro de óbitos no período. A cobertura vacinal da BCG apresentou variação ao longo do período: 87,8% (2019), 87,6% (2020), 79,5% (2021), 88,5% (2022), 95,16% (2023) e 102,73% (2024). A TB infantil no RS apresentou padrão relevante, com maior frequência em crianças mais velhas e predominância da forma pulmonar, enquanto formas graves concentraram-se em menores de 1 ano. A variação temporal sugere impacto da pandemia na notificação dos casos. A recuperação da cobertura vacinal da BCG, com alcance da meta nos anos mais recentes, destaca seu papel na prevenção de formas graves, reforçando a necessidade de manutenção de altas coberturas e fortalecimento da vigilância epidemiológica.

Área: Imunizações
PORTO ALEGRE/RS

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO SARAMPO EM POPULAÇÃO PEDIÁTRICA NO RIO GRANDE DO SUL (2021 – 2025)

Débora Couto da Rosa[1], Renata Ferrari Fleck[1], Kelin Cardoso Andreoti[1], Jaqueline Larissa Welke[1], Eduardo Antônio Rhoden de Araújo[1]

1. Universidade FEEVALE.

O sarampo é uma doença infecciosa viral aguda, de alta transmissibilidade, que permanece como importante causa de morbimortalidade na população pediátrica. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, desde 2022 vem sendo relatado um aumento do número de casos no mundo. Tal dado é associado à redução das coberturas vacinais, a qual é o principal meio de controle e prevenção da doença. No Brasil, o calendário de vacinação nacional prevê duas doses da tríplice viral, aos 12 e aos 15 meses, para imunização completa contra o sarampo. Avaliar dados epidemiológicos de sarampo em determinada população no estado do Rio Grande do Sul (RS). Para este estudo epidemiológico observacional descritivo, foram analisados dados secundários do Ministério da Saúde do Brasil (DATASUS) de notificação de sarampo e de vacinação contra sarampo (primeira e segunda doses), em crianças de 0 a 14 anos, no período de 2021 a 2025, no RS. Em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 foram notificados 25, 97, 63, 80 e 273 casos de sarampo, respectivamente. Nestes 5 anos, o predomínio dos casos foi na faixa etária de 1 a 4 anos, com 486 casos, seguido da idade de 6 a 11 meses (184 casos), 10 a 14 anos (139 casos), 5 a 9 anos (129 casos) e menores de 6 meses (114 casos). Quanto à imunização da primeira dose da tríplice viral, a cobertura vacinal em 2021 foi de 79,88%, em 2022 de 88,48%, em 2023 de 94,27%, em 2024 de 99,18% e em 2025 de 94,94%. Já a cobertura da segunda dose em 2021 foi de 56,03%, em 2022 de 62,59%, em 2023 de 69,97%, em 2024 de 86,48% e em 2025 de 83,87%. Os achados deste estudo evidenciaram que, embora haja um aumento gradual na cobertura vacinal de ambas as doses no decorrer dos anos, as mesmas não atingem o limiar necessário (≥95%) de cobertura vacinal. Com isso, a população se torna mais vulnerável à exposição deste vírus e ao desenvolvimento da doença, o que é refletido diretamente no aumento do número de notificações ao longo dos últimos 5 anos. Com relação à faixa etária mais afetada (1 a 4 anos), fatores além da adesão vacinal, como perda de anticorpos maternos, imunidade em desenvolvimento e aumento na socialização, abrem uma janela de risco maior para a infecção e podem estar diretamente relacionados com o nível de incidência. Nesse contexto, a manutenção de coberturas vacinais ≥ 95% para ambas as doses é necessária para que haja uma interrupção da cadeia de transmissão do vírus e proteção da população.

Área: Imunizações
NOVO HAMBURGO/RS

TENDÊNCIA DA COBERTURA VACINAL CONTRA POLIOMIELITE NO BRASIL: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA POR REGIÕES (2013–2022)

Maria Eduarda Brusch Silveira[1], Carla Bittencourt Rynkowski[1]

1. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

A poliomielite é uma doença imunopreveníveL de grande relevância histórica para a saúde pública, especialmente na população infantil, podendo causar sequelas neurológicas permanentes e até óbito. Apesar de sua erradicação no Brasil, por meio de estratégias eficazes de vacinação, a manutenção de elevadas coberturas vacinais é fundamental para evitar a reintrodução do vírus, sobretudo em um contexto recente de redução na adesão às vacinas. Analisar a tendência da cobertura vacinal contra poliomielite no Brasil, segundo regiões geográficas, no período de 2013 a 2022. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, baseado em dados secundários extraídos do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/DATASUS). Foram incluídos dados de cobertura vacinal contra poliomielite no Brasil, no período de 2013 a 2022, estratificados por região geográfica. Os dados foram analisados por frequência relativa. Durante o período analisado, observou-se uma tendência de queda progressiva da cobertura vacinal contra poliomielite em todas as regiões do país. Em 2013, a cobertura nacional atingiu 100,71%, com destaque para a Região Norte (96,47%), Nordeste (100,44%), Sudeste (100,18%) e Sul (101,47%). Em 2014, já se observa discreta redução (96,76%), seguida de pequena variação em 2015 (98,29%). A partir de 2016, inicia-se declínio mais acentuado, mantendo-se em queda até 2021, quando foi registrado o menor valor nacional (71,04%), com destaque para a Região Norte (62,29%) e Nordeste (68,53%). Em 2022, houve discreta recuperação (77,20%), porém ainda abaixo das metas preconizadas. Regionalmente, a Região Sul apresentou as maiores coberturas ao longo do período, enquanto a Região Norte manteve os menores índices. Os dados evidenciam uma redução consistente da cobertura vacinal contra poliomielite no Brasil ao longo da última década, com relevantes desigualdades regionais. Esse cenário configura importante risco para a reintrodução da doença, especialmente em contextos de baixa adesão vacinal e maior vulnerabilidade social. A persistência de coberturas abaixo das metas preconizadas compromete a manutenção da eliminação do poliovírus no país. Diante disso, reforça-se a necessidade de intensificação das estratégias de imunização, incluindo ampliação do acesso aos serviços de saúde e fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica, a fim de garantir a proteção contínua da população infantil.

Área: Imunizações
PORTO ALEGRE /RS

USO *OFF LABEL* DA VACINA DO HPV NO TRATAMENTO DE VERRUGAS CUTÂNEAS EM CRIANÇA: RELATO DE CASO

Eduarda Lucena Carnesela[1], Alice Kieling Bublitz[1]

1. Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

O papilomavírus humano (HPV) apresenta ampla diversidade genômica, o que resulta em manifestações clínicas variadas. A infecção pode ser assintomática ou causar lesões cutâneas, mucosas, genitais e anogenitais, benignas ou malignas. Em crianças, manifesta-se, principalmente, por verrugas cutâneas e mucosas. Um estudo de 2009 realizado em escolas holandesas, com 1.465 crianças (4-12 anos), identificou verrugas cutâneas em 33% dos participantes, sugerindo a prevalência do HPV nessa faixa etária. Embora a vacina contra HPV não seja indicada formalmente para tratar lesões cutâneas, há relatos de regressão após sua aplicação, possivelmente por indução de anticorpos neutralizantes e reação cruzada com tipos não-vacinais. Paciente feminina de 6 anos apresentou lesões cutâneas na região nasal externa, dedo indicador e punho direitos. Negava sintomas sistêmicos e outras lesões. A vacinação estava atualizada, exceto para HPV. Ao exame, bom estado geral. A dermatoscopia revelou lesões vegetantes, papilomatosas, tipo "couve-flor", róseo-claras, irregulares, firmes, indolores, medindo cerca de 0,5 cm na região nasal e 0,2 cm nas demais áreas. Os exames laboratoriais não mostravam alterações. Não foi realizado o PCR para HPV. A história familiar era positiva: mãe com HPV tipo 43 (grupo A) confirmado. O tratamento inicial consistiu em crioterapia e timomodulina, sem resposta clínica. Devido à refratariedade, à multiplicidade das lesões e ao histórico familiar, optou-se pelo uso *off label* da vacina quadrivalente contra HPV no esquema habitual (0, 2 e 6 meses), mesmo fora das indicações do calendário vacinal. Após o esquema, observou-se regressão progressiva das lesões. O uso de vacinas como estratégia terapêutica vem sendo explorado, embora não faça parte das indicações formais atuais. No HPV, a aplicação *off label* da vacina quadrivalente em verrugas refratárias, tem sido descrita com resultados variáveis. A hipótese baseia-se na indução de resposta imune humoral e celular contra os tipos vacinais, com possível reação cruzada contra outros genótipos, justificando a regressão das lesões. Contudo, faltam estudos clínicos que comprovem sua eficácia, sendo seu uso indicado apenas de forma individualizada. O presente relato sugere potencial terapêutico da vacina quadrivalente contra o HPV no manejo de verrugas cutâneas refratárias em pediatria, porém seu uso rotineiro exige validação por estudos de maior escala.

Área: Imunizações
CAXIAS DO SUL/RS